

# Atividade monitorada

Até o ano 2000, era totalmente proibido pescar profissionalmente no Lago Paranoá. A proibição, no entanto, não impedia a atividade. Pescadores clandestinos se espalhavam pelo lago. Além disso, a tilápia se reproduzia intensamente e poluía as águas. "A tilápia virou uma verdadeira praga. Ela é um peixe que se alimenta dos detritos do lago e, assim, fuça o fundo e suja a água", explica Fernando Starling, chefe da Assessoria Especial de Monitoramento e Controle da Bacia do Lago Paranoá da Caesb

Graças a uma portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), editada em 2000, a pesca foi liberada. "Fizemos um estudo e constatamos que a tilápia é um peixe fácil de ser capturado com tarrafa, que tem uma excelente carne e é barato; portanto, de boa aceitação", lembra o pesquisador. A autorização, porém, era em caráter excepcional e válida por dois anos – até que o programa de melhoria da qualidade da água fosse finalizado.

Depois que a pesca pro-

A tilápia virou uma verdadeira praga. Ela é um peixe que se alimenta dos detritos do lago e, assim, fuça o fundo e suja a água

FERNANDO STARLING,  
PESQUISADOR DA CAESB

fissional foi legalizada, não apenas a população de tilápias diminuiu, como também as espécies nativas da região, como o acará, encontraram seu espaço no Lago Paranoá. Essas espécies representavam 0,05% de todas as capturas feitas em 1999, número que subiu para 7,4% entre 2002 e 2004. Já a representatividade da tilápia – um peixe africano que foi introduzido no Paranoá – caiu de 85% para 21,6% no mesmo período.

A portaria do Ibama poderia

ser renovada anualmente, caso fosse comprovado que a pesca continuava sendo benéfica ao lago. Mas os pescadores pediram ajuda aos deputados distritais para que a atividade fosse liberada em todo o Paranoá. De acordo com Fernando, uma lei distrital que autorizava a pesca livre no lago foi feita em 2002. E, no mesmo ano, outra lei foi aprovada proibindo a pesca. "Ambas as leis foram feitas sem estudos técnicos. Depois que a primeira foi aprovada, a bancada governista viu que ela não fazia sentido. E decidi proibir a pesca totalmente", conta.

Depois das leis, a portaria ainda foi renovada e, dessa forma, a legislação que disciplina a pesca no lago ficou totalmente desestruturada. O projeto da Caesb também pretende regulamentar, de uma vez por todas, tantas normas. Agora, autorizar ou não a pesca será competência exclusiva da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). "A pesca traz benefícios para o Lago Paranoá. A atividade só precisa ser organizada e monitorada", ressalta Fernando Starling.